

## AS PRÁTICAS CULTURAIS E A RELAÇÃO COM O CURRÍCULO DA EJA NO MST: CRENÇAS, EMBATES E CONTRADIÇÕES

---

Divoene Pereira Cruz Silva<sup>1</sup>

Rosa Aparecida Pinheiro<sup>2</sup>

### RESUMO

O presente artigo traz uma reflexão acerca das Práticas Culturais na Escola Municipal Francisca Leonísia e da relação destas com o Currículo da Educação de Jovens e Adultos -EJA no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra -MST. Apresentamos neste estudo reflexões em torno das contradições existentes entre a religiosidade e os embates pela terra e pelo trabalho de uma comunidade essencialmente religiosa e contraditoriamente marxista. Propomo-nos a pensar a religiosidade e a luta no MST, nas práticas curriculares carregada dos ideais marxistas e impulsionada pelas crenças das pessoas pertencentes aos contextos de exclusão. Religiosidade e lutas, ambas coabitando e se desenvolvendo juntas, ocupando o mesmo espaço sociocultural, construído pelas pessoas jovens e adultas do assentamento rural em que desenvolvemos a nossa pesquisa. As reflexões ora apresentadas fazem parte da nossa pesquisa que trata do Currículo e das Práticas Pedagógicas da EJA no âmbito da educação do campo. A escola em foco localiza-se no Assentamento Rural Serra do Meio, município de Florânia/RN e se apresenta como lócus da nossa investigação qualitativa de caráter interpretativo, reflexivo e dialógico, em torno das práticas culturais, da religiosidade e da relação curricular estabelecida de forma intencional ou espontânea no contexto escolar do MST. Em síntese, esse trabalho se constitui enquanto um instrumento para uma reflexão coletiva e entendida como necessária aos aspectos culturais das pesquisas nesta área de educação.

**Palavras-chave:** Práticas Culturais, Religiosidade, Currículo, EJA, MST.

### INTRODUÇÃO

Este estudo faz parte da Pesquisa O Currículo e as Práticas Pedagógicas na EJA: a partir das percepções e concepções político-pedagógicas dos professores assentados da Escola Municipal Francisca Leonísia em Florânia/RN e está vinculada a Linha de Pesquisa Currículo e Práticas Pedagógicas do Programa de Pós-Graduação de Mestrado em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte/UFRN.

Em nossos estudos quando propomos uma reflexão em torno das Práticas Culturais, vivenciadas na escola em foco, e da relação destas com currículo, estamos adentrando numa discussão reconhecidamente necessária a nossa pesquisa, que contempla os aspectos curriculares e as práticas pedagógicas da EJA. A necessidade desta discussão, que posteriormente deu origem a este artigo, surgiu durante o percurso investigativo da nossa pesquisa, quando em nossas discussões e reflexões constatamos a relevância e a forte influência das práticas culturais, e em especial da religiosidade no dia-a-dia da escola, lócus da

---

<sup>1</sup> Aluna mestranda do Curso de Pós-graduação em Educação, na Linha de Pesquisa: Práticas Pedagógicas e Currículo da UFRN. Endereço eletrônico: divoenepereira@hotmail.com

<sup>2</sup> Professora do Curso de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Membro da linha de pesquisa: Práticas Pedagógicas e Currículo. Endereço eletrônico: rosa3@uol.com.br

pesquisa, e na vida das pessoas daquela comunidade assentada. Esta constatação nos remeteu a reflexão em torno dos aspectos contraditórios que envolvem a religiosidade presente na escola e os ideais educacionais do MST, fundamentados na perspectiva marxista.

Neste sentido, a religiosidade vivenciada na Escola Municipal Francisca Leonísia é vista em nossa pesquisa como um componente significativo quando pensamos um currículo que valorize a identidade cultural das pessoas jovens e adultas daquela comunidade. No entanto, esta religiosidade, entendida como manifestação ou prática cultural se apresenta contraditoriamente as lutas e os embates vividos pelas pessoas jovens e adultas daquela comunidade. Neste aspecto percebemos a fé de mãos dadas com os embates pertinentes às lutas de classe, em nosso caso a luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

### **O CURRÍCULO NO CONTEXTO DOS EMBATES, CRENÇAS E CONTRADIÇÕES DE UMA ESCOLA DO MST**

A Escola Municipal Francisca Leonísia é para a comunidade assentada muito mais que uma escola, é o lugar das crenças, das reivindicações, das lutas e dos embates, que permeiam a vida num assentamento rural. Neste sentido, cabem-nos refletir acerca do currículo oculto e do currículo praticado na escola, e da relação destes com as práticas religiosas, presentes na referida instituição escolar e entendidas enquanto manifestações culturais de um povo que resiste a invasão de culturas alheias ao seu contexto social. Desta forma ampliamos o nosso campo investigativo quando buscamos compreender a importância da religiosidade na vida dos alunos e professores assentados, com vistas a concretização de um currículo que se fundamente no contexto cultural no qual está inserido. Nesta perspectiva Pinheiro (2010), ressalta:

Detectamos no espaço escolar traços marcantes, como a linguagem, concomitantemente com outros fragmentos, como práticas religiosas, preferências ou possibilidades alimentares, músicas, danças e ritos. Essas heranças culturais inseridas no espaço escolar possibilitam um redimensionamento das práticas educativas e sociais. (PINHEIRO, 2010, p.96)

Nesta conformidade quando pensamos um currículo que traduza a identidade da nossa escola devemos considerar o cotidiano escolar enquanto cenário que contribua para a concretização e institucionalização deste currículo integrado aos contextos social, cultural e político.

Neste estudo elaboramos alguns pontos reflexivos os quais apresentamos:

- 1º - Como esta religiosidade se apresenta nos referenciais curriculares da escola?
- 2º - Como pode caminhar juntos a doutrina religiosa, representada pelo terço e a bandeira vermelha do MST?
- 3º - Há contradição entre a oração/devoção e as lutas no MST?
- 4º - Em que aspectos as pessoas assentadas têm consciência desta contradição? Por que existe esta contradição?

Mediante essas reflexões pensemos a religiosidade enquanto uma manifestação das crenças de um povo excluído, porém consciente, que defende as suas manifestações culturais

como forma de resistência e fortalecimento da identidade cultural, que neste caso pressupõe a consciência da condição de exclusão social. Neste sentido, a manifestação religiosa presente na escola do assentamento em questão pode ser definida como não alienada as condições adversas vivenciadas pelas pessoas assentadas em sua grande maioria alunos da EJA, ou seja, a religiosidade não implicou em posturas de acomodação ou aceitação diante dos desafios enfrentados na realidade contextual do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Na escola em estudo, onde a religiosidade é parte do cotidiano, a prática religiosa não promove a inércia ou a passividade na luta, pelo contrário, caminha como característica cultural de um povo forte e determinado com consciência das suas responsabilidades enquanto protagonistas de um contexto de exclusão, mas acima de tudo preserva com profundo respeito as suas origens culturais e em especial o aspecto religioso, entendido como herança cultural dos seus antepassados.

Nos estudos realizados em nosso percurso investigativo o nosso olhar se deparou com uma prática religiosa muito viva e presente no ambiente escolar, no entanto percebemos a ausência desta religiosidade nos documentos da escola. Esta religiosidade vista nas fotos, nos painéis da escola e nas feiras culturais promovidas se apresenta como aspecto muito importante para as nossas análises, as quais buscam entender como é construída a identidade cultural no currículo da escola em foco. No intuito de compreendermos a identidade cultural em que estamos inseridos redirecionamos o nosso olhar para os eventos que acontecem no espaço da escola e que estão diretamente ligados ao aspecto religioso e constatamos que nas dependências da escola acontecem: o catecismo das crianças assentadas, o ensaio semanal do coral, as reuniões da pastoral da criança, bem como as grandes assembleias da associação de assentados, enfim, podemos dizer que a escola é cenário de eventos de cunho social, político e religioso. Esta constatação nos instigou a reflexões no tocante a convivência pacífica de dois polos opostos: a religiosidade e os ideais do MST, essencialmente marxistas. Diante deste antagonismo cabe-nos uma pergunta: como podem sentar a mesa a doutrina religiosa e a doutrina Marxista, entendida enquanto antagônicas em seus ideais?

Os questionamentos a que nos referimos se apoiam também na constatação de que esta prática religiosa não é escrita nos documentos da escola, em especial no Projeto Político Pedagógico e nas Propostas Curricular da escola em estudo. Cabe-nos uma pergunta: esta prática religiosa pode ser entendida como currículo oculto? Até que ponto a religiosidade é de certa forma ocultada em virtude dos ideais libertários, defendidos pelos Movimentos Sociais e em nosso caso pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra? Acostumamo-nos a ouvir que os ideais de luta do MST devem estar desligados de qualquer prática alienada ou alienante, que dê ao homem a conformação ou a aceitação das mazelas sociais. Será espontânea ou intencional a “ocultação” por parte dos assentados da sua fé religiosa? Mostrar-se religioso ou religiosa seria uma confissão de fraqueza perante as lutas e os embates junto aos companheiros do MST? Por que nos referenciais curriculares da escola não nos reconhecemos como um povo religioso e marxista? Será possível unir estes extremos? Como podem as pessoas assentadas empunhar simultaneamente uma espada e um terço nas mãos?

A Teologia da Libertação, corrente teológica que a partir dos anos 70 mostrou a sua preferência pelos pobres, trata dessa controvérsia fé e luta, terço x espada. Os teólogos libertários convocaram os cristãos pobres ao engajamento político e nos movimentos sociais. Este engajamento dependia necessariamente da conscientização acerca da condição de pobreza e exclusão social. Os oprimidos seriam os protagonistas do processo de libertação. A igreja católica não reconheceu esta nova forma de ser igreja e se opôs a esta corrente teológica. No entanto, as influências de Frei Beto e Frei Leonardo Boff, que defendiam uma pastoral baseadas nas comunidades eclesiais de base perduram até hoje nos movimentos

sociais e em especial no MST. O não reconhecimento por parte da igreja dos ideais que moviam a Teologia da Libertação agravou ainda mais a relação fé e luta terço e espada, gerando incompreensões por parte da sociedade no tocante a possibilidade de convivência harmoniosa entre as práticas culturais, e neste caso a religiosidade e os ideais libertários.

Compreendemos que na Escola Municipal Francisca Leonisia, a religiosidade é concebida como herança cultural dessas pessoas, no entanto não produziu nelas o efeito de acomodação peculiar as doutrinas religiosas, que em sua maioria favoreçam as posturas de acomodação e passividade frente às interdições de liberdade que se ergueram na trajetória de vida das classes oprimidas. No assentamento em estudo o povo essencialmente religioso ergue com muita coragem as bandeiras da fé e da luta, sem que se percam em suas trajetórias de lutas e embates.

Ao estabelecermos relações entre as práticas culturais e o currículo da EJA na Escola Municipal Francisca Leonisia entendemos que parte dos problemas que perduram nesta modalidade de ensino, é decorrente das políticas e projetos educacionais que não construíram perspectivas curriculares que respeitassem as diversidades, as identidades e a cultura das pessoas jovens e adultas inseridas no processo de formação escolar. Nesta perspectiva o Currículo adotado pela escola não conferiu às classes populares à autonomia necessária para a superação das adversidades impostas pelos modelos educacionais dominantes, os quais não preservaram as manifestações culturais das pessoas inseridas no processo educativo, não permitindo que os aspectos fundamentais de suas vidas fossem tratados numa perspectiva socioeducativa.

No Brasil as teorias curriculares que predominaram desde a escolarização burguesa até a década de 1970 chamadas de tendências tradicionais, escolanovistas e tecnicistas, abordaram as questões curriculares numa perspectiva marcadamente técnica, deixando de lado os aspectos políticos, sociais e culturais, que envolvem o tecido social de cada época. Neste sentido os currículos tradicionais privilegiaram a organização, o método e a forma nas diversas teorias educacionais, contribuindo para a exclusão das pessoas pertencentes às camadas desfavorecidas de uma formação escolar que possibilitasse ascensão social e política.

Conforme Murta (2004, p.22), a partir dessas tendências os currículos escolares priorizaram a formação de posturas políticas conservadoras, a estruturação de pensamentos idealistas (currículo formal tradicional) ou empiristas (escolanovista e tecnicista), na interpretação da realidade, em detrimento dos aspectos sócio-culturais que envolvem os processos educativos enquanto momentos de formação dos sujeitos sociais em seus contextos de vivência e atuação. Na segunda metade da década de 1970, as teorias curriculares críticas contestaram radicalmente as abordagens curriculares existentes e defenderam uma concepção sociocultural de currículo.

Com a emergência da teoria curricular crítica como referencial curricular predominante, legitimou-se o conhecimento escolar e a função social da escola, no entanto, os avanços nas reflexões, bem como nas ações desenvolvidas no âmbito escolar, não foram suficientes para garantir a adequação destes Currículos á realidade cultural das pessoas em processo de formação escolar.

A questão de poder nas teorias curriculares foi decisiva para separarem as teorias tradicionais das teorias críticas e pós-críticas. Enquanto as teorias tradicionais se preocupam com questões organizacionais, que buscam apenas a neutralidade, o cientificismo exacerbado e o desinteresse, limitando-se a aceitação dos saberes das classes dominantes, as teorias críticas e pós-críticas, defendem que nenhuma teoria é neutra ou desinteressada, pois estão imbricadas em relações de poder. Na EJA do campo esta perspectiva da não-neutralidade contribui para uma reflexão em torno dos conhecimentos presentes no Currículo e da relação destes com as identidades e subjetividades dos jovens e adultos em seus contextos de

formação.

Desta maneira quando as teorias curriculares críticas deslocaram o foco dos conceitos puramente pedagógicos de ensino-aprendizagem para os conceitos que envolvem ideologia, poder e identidade, inauguraram também novas perspectivas de análises em torno do currículo e conferiram-lhe a responsabilidade de se constituir como instrumento fundamental na construção de identidade cultural dos sujeitos em formação escolar. A partir destas novas perspectivas, pensemos o Currículo, para além da técnica, do conteúdo ou dos interesses isolados de grupos dominantes. Assim, abrimos um espaço para a reflexão em torno das manifestações culturais nos Currículos da EJA, que priorizam a perspectiva de Currículo como produção histórico-cultural, instrumento não neutro e identidade dos grupos minoritários.

Em nossos estudos o entrelaçamento entre o Currículo da EJA e as práticas culturais é tarefa fundamental para o reconhecimento, a reconstrução e adequação das proposições curriculares, com vistas à valorização cultural e o respeito à diversidade. Esta realidade nos remete a reflexões em torno de quais práticas culturais são legitimadas e valorizadas em nossa escola do assentamento? Neste sentido precisamos conhecer a estrutura e a organização curricular numa perspectiva cultural para que possamos entender em que aspectos a religiosidade é abordada no currículo da EJA.

Ao defendermos um Currículo que valorize a cultura dos grupos inseridos devemos compreender esses sujeitos enquanto atores de sua própria história. Nesse sentido o Currículo compreendido como uma prática trabalhada a partir de múltiplos processos sugere o envolvimento dos sujeitos ativos do processo educacional, bem como a valorização das suas crenças e da fé.

Nesta perspectiva o currículo é percebido para além de um conjunto de matérias ou atividades a serem executadas e, por conseguinte assume um caráter crítico, reconhecendo que as práticas culturais construídas e vividas na escola, bem como as condições de sua construção, dizem respeito às relações de poder na vida dos sujeitos envolvidos. Quando abordamos o currículo como um instrumento vivo e ligado diretamente a vida das pessoas jovens e adultas, não podemos esquecer que este Currículo deve garantir a valorização dos aspectos inerentes à cultura local e neste caso os aspectos da religiosidade.

Em nosso percurso metodológico quando analisávamos o Projeto Político Pedagógico (PPP) e a Proposta Curricular da EJA constatamos a ausência do aspecto cultural e em especial da religiosidade. Reconhecemos a necessidade de legitimação das práticas culturais nos referenciais curriculares da EJA. Esta ausência se constitui como um fator que pode ter contribuído para o quadro atual de completo desestímulo por que passa esta modalidade de ensino na escola em estudo. Sabemos que as ausências percebidas nos documentos podem ser consequências dos projetos educacionais que em sua maioria não se preocuparam com a diversidade cultural das pessoas dos contextos de exclusão. Em virtude dessa realidade a educação do campo não conseguiu ultrapassar as barreiras conceituais das classes dominantes nem implantar um projeto educativo que priorize a observância dos aspectos culturais. A Escola Municipal Francisca Leonisa como lócus do processo educativo das pessoas jovens e adultas, também se insere neste quadro de não observância dos aspectos culturais, o que compromete a formação de sujeitos críticos, participativos e reconhecedores da cultura local enquanto representação de suas vidas, lutas e embates.

Numa escola controladora ou reprodutora dos interesses socioeconômicos das classes dominantes, o processo de rotulação social gera a distribuição de distintos tipos de conhecimento, fazendo com que a escola não exerça o seu papel na conscientização e libertação dos sujeitos excluídos.

Nesta conformidade Apple (2006), argumenta:

[...] as escolas não apenas controlam as pessoas; elas também ajudam a controlar o significado. Pelo fato de preservarem e distribuírem o que se percebe como “conhecimento legítimo” – o conhecimento legítimo que todos devemos ter- as escolas conferem legitimidade cultural ao conhecimento de determinados grupos (APPLE, 2006, p.104).

Enquanto educadores conscientes do papel da escola e comprometidos com uma educação escolar que legitime a identidade sociocultural das pessoas dos contextos desfavorecidos, devemos romper com os modelos curriculares que adotam ao longo dos tempos comportamentos e atitudes discriminatórias, excludentes, as quais contribuem para uma educação seletiva e classificatória, onde principalmente os aspectos econômicos determinaram quem teria voz e vez nos diferentes contextos sociais.

Neste contexto, a escola se constituiu enquanto um lugar de reprodução dos interesses políticos, culturais e econômicos das classes dominantes, que não previram em seus projetos educacionais o crescimento intelectual e a autonomia das pessoas pertencentes aos contextos de exclusão. A EJA enquanto modalidade de ensino voltada para o atendimento dessas pessoas retrata esta realidade de exclusão e de negação de direitos, as quais se estruturaram dentre outros aspectos na negação da cultura local. Enquanto professores assentados, que buscamos romper com esse modelo de escola como espaço de reprodução, a nossa luta na e pela EJA consiste dentre outros aspectos em legitimar e valorizar a partir dos referenciais curriculares a cultura dos nossos alunos jovens e adultos. Nesta direção reconhecemos a necessidade de uma reflexão acerca dos mecanismos que contribuíram para a negação desta cultura nos referenciais curriculares que fundamentam a nossa prática docente.

Mediante as nossas indagações se faz necessário retomarmos os pontos reflexivos apresentados anteriormente, os quais foram fundamentais para a discussão que nos propomos neste artigo. Entendemos que a partir desses pontos será possível compreender os aspectos contraditórios que envolvem a religiosidade e luta no MST.

Precisamos compreender: como a religiosidade e os ideais do MST se apresentam nos referenciais curriculares da escola? Como pode caminhar juntas a doutrina religiosa, representada pelo terço e a bandeira vermelha do MST? Em que aspectos as pessoas assentadas têm consciência desta contradição? Para respondermos estes questionamentos nos remetemos às análises feitas no percurso investigativo de nossa pesquisa, quando comprovamos que os referenciais curriculares estudados estavam muito distantes dos ideais educativos da escola. Atribuímos este distanciamento as influências das concepções cientificistas e lineares, defendidas pelos currículos tradicionais que ainda persistem em nossas escolas. Na escola em foco estas concepções resultam das verdades sacralizadas pela visão estática de mundo, que contribuiu para a reafirmação das propostas educativas que atenderam exclusivamente a elite dominante, em detrimento da desvalorização da cultura local.

Os documentos analisados traduzem a predominância dos valores defendidos por uma sociedade excludente, que pensa o homem de forma fragmentada, cumpridor de deveres, obediente às leis e passivo a imposição cultural alheia. Infelizmente, sabemos que ainda há muito que se fazer no sentido de transcervemos para os documentos das escolas os aspectos relativos à cultura local, entendida como manifestação cultural de um povo, que possui identidade própria.

Compreendemos que a religiosidade, representada em sua maioria pela fé católica, se apresenta muito viva na escola e na comunidade enquanto forma de resistência cultural que auxiliou na preservação e valorização da Cultura dos antepassados que iniciaram esta luta. Por isso, se faz necessário relatar outros aspectos advindos desta herança cultural, para que possamos entender a convivência pacífica entre fé e luta de classes:

1º - O Povoado Sede do Assentamento recebeu o nome de João da Cruz, homem profundamente religioso, um dos pioneiros nas lutas para a desapropriação do antigo latifúndio, hoje Assentamento Rural Serra do Meio,

2º - As ruas do Povoado receberam o nome desses pioneiros e esta decisão foi a partir de uma assembleia realizada na Associação do assentamento, por ocasião da fundação do referido Povoado;

3º O padroeiro do Povoado é São João e a maior manifestação cultural local acontece justamente durante os festejos juninos, quando anualmente acontece uma feira cultural na escola.

No entanto, apesar das manifestações culturais se apresentaram vivas na comunidade o currículo adotado pela EJA ainda se apresenta frágil no tocante à legitimação cultural das práticas religiosas da comunidade assentada, o que nos faz compreender que a religiosidade vivida, não está explicitamente registrada nos documentos oficiais, ou seja, a escola não tem ainda consciência da importância do registro e da legitimação da nossa cultura nos referenciais curriculares que orientam o nosso projeto educativo libertário. Ou contrariamente a esta idéia há consciência sim, porém a omissão da religiosidade se apresenta como critério para não se aceitar a contradição entre a fé e os ideais do MST, reconhecidos essencialmente marxistas. Nesta perspectiva os aspectos religiosos se apresentam como não alienantes as lutas e os embates que nos deparamos no dia-a-dia escolar e na vida das pessoas assentadas, pertencentes ao MST. Desta forma nos remetemos aos pontos reflexivos apresentados anteriormente:

No tocante ao primeiro ponto que questiona como a religiosidade e os ideais do MST se apresentam nos referenciais curriculares da escola, constatamos que tanto a religiosidade quanto os ideais do MST não se apresentam legitimados nesses documentos, o que atribuímos em parte à imposição dos currículos tradicionais, que negavam a cultura dos grupos.

No que diz respeito ao segundo ponto que trata da convivência pacífica entre a doutrina religiosa, representada pelo terço e a bandeira vermelha do MST? Entendemos que ambas são compreendidas em suas manifestações e funções, ou seja, o povo assentado que reza é o mesmo povo que empunha a bandeira da luta, neste sentido quando tratamos do terceiro ponto inerente a consciência da contradição entre religiosidade e ideias no MST, reconhecemos que há sim uma consciência de classe que não se aliena, nem foge das responsabilidades enquanto sujeitos sociais responsáveis pelas transformações necessárias aos contextos de exclusão.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, nossa contribuição com este estudo é apresentar a análise ora empreendida com vistas ao desencadeamento de um processo dialógico-reflexivo permanente por parte dos professores assentados em torno das práticas culturais, das lutas do MST e da relação destas com o currículo da EJA, as quais se apresentam como importantes em nossa pesquisa em torno do Currículo e das Práticas Pedagógicas em EJA da referida escola.

## REFERÊNCIAS

APPLE, Michael W. **Ideologia e Currículo**. Tradução de Vinicius Figueira. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

MURTA, Marinez. **O projeto pedagógico da escola e o currículo como instrumento de sua concretização**. Revista Educ.Tecnol, Belo Horizonte, v.9,n.1,p.21-28,jan/jun.2004.

PINHEIRO, Rosa Aparecida. PINHEIRO, Walter Pinheiro Barbosa Junior. **Estudos e práticas de educação de jovens e adultos na universidade**. 1.ed.-Natal/ RN:KMP, 2010.